



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

---

NA IMPRENSA

---



01 de Julho, 2016

## **APED pede revisão do enquadramento fiscal dos donativos**

A APED quer rever o enquadramento legal dos donativos. "Há um 'gap' na legislação. Por mais que uma empresa doe, não têm mais incentivos por isso", explicou Ana Isabel Trigo Morais, diretora geral da Associação das Empresas de Distribuição, por ocasião da assinatura de um protocolo de cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa para combater e prevenir o desperdício alimentar. "A política fiscal não pode limitar nem desincentivar a doação. Este é um tema na agenda da associação, do Governo português e também dos executivos europeus".

A responsável defende a flexibilização de alguns requisitos legais para reaproveitar alimentos aptos para consumo que, por alguma razão, não podem ser vendidos nas superfícies comerciais, para recolocá-los na cadeia de valor. Entre outras medidas como clarificar a distinção entre 'data limite de consumo' e 'data de durabilidade mínima', encontrar espaço no mercado para produtos não calibrados ou com dimensões fora das normas vigentes com novas funcionalidades, investir em campanhas de sensibilização dirigidas a todos os intervenientes da cadeia de valor, retirar do mercado produtos que não satisfazem as necessidades de cada



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

---

## NA IMPRENSA

---

região do País e encontrar as melhores medidas para as embalagens dando resposta à transformação demográfica e à evolução do modelo de família no nosso País.

O fiscalista **Diogo Feio**, que participou num debate promovido pela associação, defende uma "revolução de natureza fiscal" embora defenda que não é necessário criar nova legislação. "Não aconselharia a criação de um novo mecanismo mas atuaria dentro do quadro legal modificando o limite de doação para um valor mais elevado. E ir fazendo um aumento gradual desse limite para não prejudicar a receita fiscal". O advogado defende que a lei fiscal deve ser simples. "Temos hoje limites de donativos em muitas áreas. É preciso encontrar um limite razoável que facilite também o papel de intervenção da administração fiscal", defende o também político e docente universitário.

Isabel Jonet, presidente do Banco Alimentar contra a Fome, alerta, por outro lado, o legislador para a "tentação" de colocar os bens impróprios para consumo no objeto destes benefícios. "Poderá haver esta tentação se a legislação for permissiva. As instituições não podem ser utilizadas para limpar stock", defende. A responsável sublinha, no entanto, que a doação é uma "alternativa com valor económico à distribuição". E sugere conceder um prémio às empresas que optem por fazer a triagem de produtos que possam ser doados em condições, em lugar de irem para o lixo, o que também representa custos para os distribuidores". Muitas vezes, não há esta preocupação de doar antes de os prazos de validade terminarem, explica.

### **2016: ANO DA LUTA CONTRA O DESPERDÍCIO**

A cada ano, são desperdiçados ou perdidos um milhão de toneladas de alimentos em Portugal, segundo dados fornecidos pela APED. Por outro lado, segundo a Organização das Nações Unidas, até 2050, será necessário mais que duplicar a produção atual de alimentos para fazer



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

---

## NA IMPRENSA

---

face às necessidades no Mundo. Por se assinalar em 2016 o ano de combate ao desperdício alimentar, o tema entrou na agenda mediática, "mas, seguramente, há mais de 15 anos que o setor da Distribuição adota políticas de solidariedade e está atenta a estas questões", sublinha Ana Isabel Trigo Morais. "Este tema é uma preocupação para as empresas há muitos anos, desde logo através da luta pela eficiência na gestão destas empresas e também devido ao contexto de emergência social que chegou com a crise económico-financeira".

No ano passado, os distribuidores investiram 11 milhões de euros em sistemas de autocontrolo para garantir a higiene e segurança alimentar, meio milhão de euros em auditorias externas e mais de 4 milhões de euros em certificações". Segundo números da associação, que pela primeira vez retrata as ações dos distribuidores nesta matéria na brochura "Na medida certa", nos últimos dois anos, os associados da APED doaram produtos alimentares a mais de 600 instituições particulares de segurança. No ano passado, os produtos deram origem a mais de seis milhões de refeições. Não é, no entanto, o setor da distribuição o principal doador aos bancos alimentares, conta Isabel Jonet. "Ainda há muito trabalho a fazer com a Distribuição, já que hoje são a indústria e a agricultura os setores que mais contribuem para reduzir a fome. Há as grandes campanhas de recolha feita nos supermercados mas são os consumidores a doar, comprando os alimentos à distribuição". A presidente do Banco Alimentar revela, por outro lado, não estar convicta que se meçam bem os números em Portugal.

Mas, garante, são servidas 40 toneladas de alimentos por dia na região da Grande Lisboa. Ou seja, 85% destes bens, que tinham como destino o lixo, alimentam 4% da população da capital. O primeiro banco alimentar nasceu em 1991, hoje existem 21. Sem financiamento público, sobrevivem das doações de empresas e particulares. "Nunca, até hoje, a Câmara Municipal de Lisboa reconheceu a sua atividade dos bancos alimentares, o que é bem revelador do interesse



Sérvulo & Associados | Sociedade de Advogados, RL

---

## NA IMPRENSA

---

do poder político", revela Isabel Jonet. O papel da autarquia é facilitar e agregar para alcançar os objetivos no desperdício alimentar, diz, por sua vez, João Gonçalves Pereira, vereador e Comissário Municipal do Combate ao Desperdício Alimentar de Lisboa. "A CML tem hoje um comissário e um plano para combater o desperdício, tudo feito com orçamento zero", remata.

Rita Gonçalves

[rgoncalves@hipersuper.pt](mailto:rgoncalves@hipersuper.pt)